

Brasília, 06 de abril de 2026

Seleção

Sumário

Agência Estado - Broadcast

Quinta-feira, 02 de abril de 2026 | Patentes

EUA veem Pix, regulação digital e 'taxa das blusinhas' como 'barreiras comerciais' d... .. 3

Migalhas

Quinta-feira, 02 de abril de 2026 | Propriedade Intelectual

Sorteio da obra "Contratos de Transferência de Tecnologia" 4

Carta Capital Online

Quinta-feira, 02 de abril de 2026 | Marco regulatório | INPI

Disputa de Gradiente e Apple no STF pela marca iPhone completa 6 anos e segue tr... .. 5

G1 - Globo

Quinta-feira, 02 de abril de 2026 | Propriedade Industrial

Operação apreende cerca de 15 mil pares de tênis falsificados e bloqueia R\$ 10 milh... .. 6

O Globo Online

Sexta-feira, 03 de abril de 2026 | Patentes

Licença compulsória não é política industrial 7

BOL - Notícias

Quinta-feira, 02 de abril de 2026 | Propriedade Intelectual

Lula rebate crítica dos EUA e diz que 'ninguém vai nos fazer mudar o Pix' 9

EUA veem Pix, regulação digital e 'taxa das blusinhas' como 'barreiras comerciais' do Brasil

O relatório anual do Escritório do Representante de Comércio dos Estados Unidos (USTR, na sigla em inglês) aponta o Pix, propostas de regulação de plataformas digitais e a chamada "taxa das blusinhas" entre as principais barreiras impostas pelo Brasil aos interesses comerciais americanos.

No caso do Pix, o documento afirma que o Banco Central "criou, detém, opera e regula" o sistema de pagamentos instantâneos, levantando preocupações de que haja tratamento preferencial à plataforma pública em detrimento de provedores estrangeiros de serviços financeiros.

O USTR também critica o projeto de lei que amplia os poderes do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) sobre mercados digitais. A proposta cria regras mais duras para grandes plataformas, que poderão ser enquadradas como empresas de "relevância sistêmica" e passar a cumprir exigências antecipadas, como limitações a certas práticas comerciais e obrigações de interoperabilidade. Na avaliação americana, essas medidas podem afetar de forma desproporcional empresas dos EUA, com risco de multas de até 20% do fatura-

mento global.

Em comércio eletrônico, o documento destaca a tributação sobre remessas internacionais, apelidada de "taxa das blusinhas". De acordo com o USTR, o Brasil aplica uma taxa linear de 60% para todas as encomendas expressas importadas no regime de desembaraço simplificado, além de impor limites anuais para importadores.

O relatório reforça ainda críticas recorrentes a entraves estruturais, como a lentidão no **registro de patentes**, fragilidades na proteção à **propriedade intelectual**, tarifas sobre etanol, restrições sanitárias à carne suína dos EUA e exigências de conteúdo local no setor audiovisual.

No campo tarifário, o USTR classifica como elevadas as alíquotas brasileiras, com médias de 12,5% para bens industriais e 9% para agrícolas, além de apontar divergências entre tarifas consolidadas na Organização Mundial do Comércio (OMC) e as efetivamente aplicadas.

As conclusões integram a investigação conduzida sob a Seção 301 da legislação comercial americana, que pode embasar a adoção de tarifas adicionais contra produtos brasileiros nos próximos meses.

Sorteio da obra "Contratos de Transferência de Tecnologia"

A obra "Contratos de Transferência de Tecnologia" (Editora Lumen Juris Direito, 238p.), escrita por Livia Barboza Maia (Denis Borges Barbosa Advogados), não apenas resgata a noção de função social do contrato, mas também atribui renovada utilidade no âmbito dos contratos de transferência de tecnologia.

Com prefácio de Anderson Schreiber e apresentação de Caitlin Mulholland, o livro lança um olhar crítico sobre contratos que têm sido celebrados em nosso país sem real atenção aos interesses que deveriam tutelar. Aponta que, com frequência cada vez maior, acordos entre titulares estrangeiros e receptores nacionais asseguram benefícios, inclusive fiscais, sem verificar se cumprem a função de promover o desenvolvimento tecnológico.

Nesse sentido, Livia expõe as contradições e insuficiências da atual disciplina normativa dos contratos

de transferência de tecnologia, propondo novas abordagens e soluções. Tudo isso por meio de um itinerário ancorado na funcionalização dos contratos e no manejo dogmático da noção de função social do contrato, que expande-se uniformemente em todas as direções do presente estudo.

A autora Livia Barboza Maia (Denis Borges Barbosa Advogados) ofereceu um exemplar para sorteio entre os leitores do Migalhas.

Sorteio da obra "Contratos de Transferência de Tecnologia".(Imagem: Arte Migalhas)

Sobre a autora:

Livia Barboza Maia: Professora do IDP e da Mackenzie-Rio. Sócio de Denis Borges Barbosa Advogados. Doutora e Mestra em Direito Civil pela UERJ. Especialista em Direito da **Propriedade Intelectual** pela PUC-Rio.

Disputa de Gradiente e Apple no STF pela marca iPhone completa 6 anos e segue travada



O processo no Supremo Tribunal Federal que opõe a Apple e a Gradiente pelo uso da marca iPhone no Brasil completa, neste mês, seis anos de tramitação, ainda à espera de uma decisão.

Em outubro de 2023, o ministro Dias Toffoli, relator da disputa, interrompeu um julgamento no plenário virtual ao pedir destaque, o que forçou a discussão em sessões presenciais. Desde então, contudo, o tema não entrou em pauta.

Se o presidente do STF, Edson Fachin, decidir pautar a ação, a votação recomeçará do zero.

A Gradiente registrou a marca em 2000, mas a concessão pelo **Instituto Nacional da Propriedade Industrial** só ocorreu em 2008. Em 2007, a Apple lançou seu iPhone, que ganhou projeção mundial.

A empresa brasileira recorreu ao STF após o Tribunal Regional Federal da 2ª Região determinar ao **INPI** a anulação do registro e a sua republicação com a ressalva de que a Gradiente não tem a exclusividade sobre a palavra iPhone isoladamente.

No recurso, a Gradiente argumenta que, quando solicitou o registro, a Apple ainda não operava no Brasil e, ao lançar seu iPhone em território brasileiro, deveria ter consultado o **INPI**.

Já a empresa norte-americana lembrou que a família de produtos "i" (iMac, iPad etc.) está relacionada a ela e defende que a Gradiente só pode utilizar a expressão "Gradiente Iphone", não o termo isolado.

Em maio de 2025, a Gradiente obteve uma vitória no Superior Tribunal de Justiça, cuja Terceira Turma manteve a anulação de uma sentença do TRF-2 que ordenava a caducidade da marca Gradiente Iphone.

O STF, porém, terá a palavra final, com repercussão geral - ou seja, o que a Corte concluir servirá de baliza para as instâncias inferiores em processos semelhantes.

O tema de fundo é a exclusividade da **propriedade industrial** em razão da demora na concessão do registro de marca pelo **INPI**, simultaneamente à popularização de um produto com o mesmo nome por uma empresa concorrente.

Operação apreende cerca de 15 mil pares de tênis falsificados e bloqueia R\$ 10 milhões em MG



Ação da Polícia Civil cumpriu mandados em cidades mineiras, incluindo Nova Serrana, e investiga esquema de **falsificação** e lavagem de dinheiro.

Cerca de 15 mil pares de tênis com indícios de **falsificação** foram apreendidos durante uma operação realizada pela Polícia Civil em cidades mineiras, incluindo Nova Serrana, que também resultou no bloqueio judicial de aproximadamente R\$ 10 milhões em ativos financeiros.

g1 Centro-Oeste de Minas no WhatsApp

A ação faz parte da "Operação Replicário", realizada para desarticular uma organização criminosa suspeita de atuar na **falsificação** e venda de calçados de marcas importadas, além de lavagem de dinheiro.

Ao todo, foram cumpridos 14 mandados de busca e apreensão em Nova Serrana e outras cidades mineiras.

InvestigaçõesAs investigações começaram há cerca de dois anos, após empresas e plataformas de co-

mércio eletrônico denunciarem um esquema de venda digital de produtos falsificados. A partir dessas informações, a Polícia Civil identificou uma estrutura criminosa organizada, que atuava tanto na **falsificação** de marcas quanto na movimentação financeira ilícita.



Operação apreende 500 mil caixas de tênis falsificados em Nova Serrana
Operação apreende 500 mil caixas de tênis falsificados em Nova Serrana

Durante a operação, além dos calçados, foram recolhidos materiais que devem auxiliar no aprofundamento das investigações.

Segundo a Polícia Civil, os suspeitos poderão responder por crimes contra a **propriedade industrial**, relações de consumo e lavagem de capitais.

As investigações continuam para identificar todos os envolvidos e dimensionar o alcance do esquema criminoso.

VÍDEO: Operação apreende 500 mil caixas de tênis falsificados em Nova Serrana

Operação apreende 500 mil caixas de tênis falsificados em Nova Serrana

VÍDEOS: veja tudo sobre o Centro-Oeste de Minas Nova Serrana

Licença compulsória não é política industrial



Projeto em tramitação na Câmara autoriza terceiros a fabricar medicamentos sem o consentimento do titular da **patente**

O sistema de **propriedade intelectual** brasileiro está em risco. Ao longo das últimas décadas, o modelo foi construído para equilibrar dois objetivos essenciais: estimular a inovação e ampliar o acesso a medicamentos. Esse equilíbrio está agora pressionado pelo Projeto de Lei 68/2026, em tramitação na Câmara dos Deputados, que, se aprovado, autorizaria terceiros a fabricar medicamentos sem o consentimento do titular da **patente**.

Malu Gaspar: Caso Master 'turbina' pedidos de impeachment contra Moraes e Toffoli O debate não é ideológico. É técnico, econômico e sanitário. A licença compulsória é um instrumento legítimo, previsto pela Lei de **Propriedade Industrial** (LPI) e em tratados internacionais. Pela sua natureza, porém, é um instrumento excepcional. O PL 68/2026 transforma esse mecanismo em instrumento recorrente de política pública. Transformar exceção em regra altera incentivos fundamentais do sistema de inovação em saúde.

Merval Pereira: Presidente deveria indicar ministro do STF pelo indiscutível saber jurídico Na prática, deixa de ser ferramenta de crise para se tornar mecanismo ordinário de intervenção econômica. O tempo da tramitação também preocupa. Em menos de uma semana, o projeto foi apresentado e a urgência foi aprovada em plenário, sem debate aprofundado com os setores envolvidos.

Medicamentos não nascem prontos. Resultam de ciclos longos de pesquisa, fracassos, reavaliações e investimentos de altíssimo risco. Em média, levam mais de dez anos para ser desenvolvidos, após milhares de moléculas descartadas e bilhões investidos, até que o primeiro paciente se beneficie. A patente não existe para encarecer tratamentos, mas para torná-los possíveis. Sem previsibilidade de retorno, o investimento não ocorre.

Hoje, países competem não apenas por fábricas. Competem também para ser o local onde novas tecnologias serão lançadas primeiro, decisão que depende, centralmente, de segurança jurídica. Ao ampliar o uso da licença compulsória fora de contextos emergenciais, o PL 68/2026 aumenta o risco regulatório e envia um sinal preocupante ao mercado internacional.

Os efeitos negativos são previsíveis. Medicamentos inovadores podem chegar mais tarde ao Brasil, ou nem ser lançados aqui. Reduz-se o estímulo à transferência voluntária de tecnologia, que depende de estabilidade e horizonte de longo prazo, especialmente no caso de medicamentos complexos e biológicos. O acesso, que se pretende ampliar, pode diminuir no médio prazo, com menos pesquisas clínicas, investimentos e disponibilidade de terapias de última geração.

É importante destacar que o Brasil já dispõe de instrumentos legais para enfrentar situações excepcionais. A própria História demonstra que o país usou a licença compulsória de forma pontual e justificada. Torná-la um mecanismo recorrente altera a lógica que sustenta o ambiente de inovação.

No curto prazo, pode haver a ilusão de acesso ampliado. No longo prazo, porém, quando pacientes aguardarem terapias que não chegam, o impacto será nocivo. O verdadeiro desafio do acesso resolve-se com políticas públicas estruturadas, fortalecimento do complexo econômico-industrial da saúde e diálogo entre setor público e privado, não com insegurança jurídica.

Sistemas de saúde sustentáveis não escolhem entre acesso e inovação. Preservam ambos. A licença

compulsória deve permanecer disponível, mas como último recurso. O desafio do Brasil não é flexibilizar permanentemente a proteção intelectual, e

sim garantir um ambiente previsível, que assegure investimento, pesquisa e, sobretudo, acesso contínuo à medicina de próxima geração.

*Renato Porto é presidente executivo da **Associação da Indústria Farmacêutica de Pesquisa**

Lula rebate crítica dos EUA e diz que 'ninguém vai nos fazer mudar o Pix'



O que aconteceu No caso do Pix, o documento afirma que o Banco Central "criou, detém, opera e regula" o sistema de pagamentos instantâneos. Segundo o entendimento do Escritório do Representante de Comércio dos Estados Unidos (USTR, na sigla em inglês), isso levantaria preocupações de que haja tratamento preferencial à plataforma pública em detrimento de provedores estrangeiros de serviços financeiros. Empresas como Visa, Mastercard, Pay Pal e as big techs são americanas.

As conclusões integram a investigação conduzida sob a Seção 301 da legislação comercial americana. O documento pode embasar a adoção de tarifas adicionais contra produtos brasileiros nos próximos meses.

Não é a primeira vez que o governo Donald Trump classifica o Pix como uma ameaça. Em agosto do ano passado, os EUA abriram uma investigação contra "práticas comerciais do Brasil", citando o Pix como uma "possível prática desleal". A investigação aberta pelo USTR também citava temas como acesso ao mercado de etanol, desmatamento

ilegal, falhas na fiscalização de medidas contra corrupção, proteção da **propriedade intelectual** e tarifas preferenciais.



Lula encerrava seu discurso quando foi alertado pelo ministro-chefe da Secretaria de Comunicação Social, Sidônio Palmeira, para abordar o tema. Antes, o presidente falou que vai anular um leilão que deve aumentar o preço do gás de cozinha e comentou que a guerra entre os Estados Unidos e o Irã encareceu o diesel, entre outros assuntos.

Lula participou de entrega de VLT na Bahia

Petista participou da entrega de obras do Nova PAC hoje em Salvador. Ele visitou uma estação de VLT (veículo leve sobre trilhos), meio de transporte que trafega ao nível da rua, na Praça Onze de Dezembro. Lá, o VLT já funciona em testes operacionais. No local, também foi assinada uma ordem de serviço para obras na linha 1 do metrô, com investimento de R\$ 1,52 bilhão.

Do UolEm São Paulo